

OS RELEVOS PALACIANOS ASSÍRIOS EM CONTEXTO

Leandro Penna Ranieri¹

Resumo: Neste artigo, discuto o uso dos relevos palacianos assírios como fontes, revisando sua vinculação a uma ideologia da realeza assíria. Para isso, uma contextualização do período Neoassírio (934-610 AEC) é feita, retomando a política de expansão imperial, alguns fundamentos da chamada ideologia real e seus usos historiográficos nesse recorte de pesquisa. Os aspectos contextuais dos relevos dos palácios assírios solicitam uma ponderação sobre o que se atribui como sua função social. Destaco a espacialidade dos relevos e sua acessibilidade a uma audiência, elementos pouco considerados no tratamento desses objetos. Com isso, uma crítica à noção de ideologia pode ser construída, favorecendo abordagens dos relevos palacianos assírios como fontes em contexto e uma compreensão ampliada de seu papel social. Ao invés de veículos de uma ideologia, os relevos podem ser considerados como uma materialidade praticada em prol de uma memória num ambiente circundante palaciano.

Palavras-Chave: Assíria; Relevos; Imagens.

THE ASSYRIAN PALACE RELIEFS IN CONTEXT

Abstract: In this article, I discuss the use of the Assyrian palace reliefs as sources, reviewing their linkage to an Assyrian kingship ideology. For this purpose, a contextualization of the Neo-Assyrian period (934-610 BCE) is made, revisiting the policy of imperial expansion, some foundations of the so-called real ideology and its historiographic uses in this research topic. The contextual aspects of the Assyrian palace reliefs require a consideration of what is attributed as their social function. I emphasize the spatiality of the reliefs and their accessibility to an audience, which are neglected elements in the treatment of these objects. A criticism of the notion of ideology can be constructed, which promotes approaches of the Assyrian palace reliefs as sources in context and an expanded comprehension of their social role. Instead of vehicles of an ideology, the reliefs can be considered as a materiality practiced for the sake of a memory in the palace environment.

Keywords: Assyria; Reliefs; Images.

* Este artigo é proveniente da tese de doutorado intitulada “Concepções de corpo na Assíria do primeiro milênio AEC: entre materialidade e textualidade”. Financiamento dado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, n.ºs dos processos: 2014/22125-2 e 2016/02241-2).

¹ Doutor em Ciências, área História Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador (nível Pós-Doutorado) da FFLCH-USP, com financiamento da FAPESP (n.º do processo: 2018/13540-7).

Introdução

No fim do segundo milênio AEC², placas de pedra passaram a compor as paredes dos palácios assírios, contendo um trabalho de escultura em baixo relevo³. Tal uso foi recorrente por todo o período denominado Neoassírio ou Tardo Assírio (934-610 AEC). Além dos elementos individuais (pessoas, animais, vegetação, objetos diversos, alimentos), dos motivos (vinculados à construção, caças, batalhas e simbolismos apotropaicos) e do reconhecimento de paisagem, de movimento corporal e de identidades étnicas e sociais, a particularidade dos relevos é a expressão de uma cena narrada espacialmente, ou seja, a narração ocorre em uma ou mais placas de pedra seguindo um posicionamento programado e setorizado, dentro e entre as salas dos palácios. Embora a escultura em baixo relevo tenha sido encontrada em outros objetos, como estelas comemorativas, obeliscos e portões entalhados (em suas partes metálicas), os relevos palacianos foram o tipo sistemático de escultura em pedra, realizado nas principais capitais assírias.

Os relevos palacianos assírios são parte do *corpus* de documentos conhecido a partir das expedições arqueológicas principalmente inglesas e francesas conduzidas em meados do século XIX EC na região do Iraque. Desde então, um dos principais temas que têm sido propostos para o seu estudo é a configuração ideológica e propagandística da realeza assíria, assim como o lugar e a carga de simbolismo presente nas esculturas. As evidências principais têm sido o uso programático e avolumado dos relevos, para fins “decorativos” ou de registro memorial, a centralidade da figura do rei, a recorrência de motivos vinculados às batalhas e o fato de serem “assistidos tacitamente” por determinado grupo autorizado a circular nas dependências dos palácios. Ao lado das Inscrições Reais, gênero textual no

² Todas as datações aqui presentes são referentes a Antes da Era Comum (AEC), seguidas ou não desta indicação. Do contrário, indico a data referente à Era Comum (EC).

³ Daquilo que se caracteriza como típico da escultura em baixo relevo, na tipologia contemporânea, o relevo é considerado um dos três ramos da arte escultórica ao lado da escultura por perfuração e da escultura em bloco (também chamada de escultura livre) (MIRABELLA, 2004: 1399). Um baixo relevo envolve o processo de escultura que retira porções do suporte, gerando um nível de saliência. Nesse sentido, no suporte material, sua parte frontal original torna-se o pano de fundo daquilo que é esculpido em relevo, criando uma “existência física implicitamente continuada” (RELIEF..., 2008: 570) entre figura e fundo.

qual estão incluídos os entalhes em cuneiforme entre e em meio às placas esculpidas, os relevos são considerados a imagem do Império Assírio.

Esta é uma breve síntese das interpretações que problematizaram os relevos palacianos assírios. Nessa literatura especializada, a função social dos relevos é vinculada constantemente à ideologia e propaganda régia. Meu objetivo neste artigo é revisar essa vinculação, discutindo sobre os relevos palacianos assírios não somente em seu contexto histórico, mas em seu contexto palaciano e arquitetônico, assim como elencando as principais características expressivas de sua escultura⁴. Para isso, uma contextualização do recorte histórico neoassírio é feita, considerando o desenvolvimento da Assíria nos séculos iniciais do primeiro milênio AEC e seus antecedentes principais. São retomados sinteticamente os elementos conhecidos da política de expansão imperial, alguns fundamentos da chamada ideologia real e seus usos historiográficos nesse recorte de pesquisa. A interpretação da ideologia e propaganda presente nos relevos configurava (e talvez ainda configure) o perfil historiográfico da Assíria, valendo-se principalmente de fontes oficiais e, sobretudo, fundamentado numa razão ideológica que servia para entender tanto os textos como as imagens. Com esse contexto, uma ponderação sobre o que se atribui como função social dos relevos palacianos é objeto de discussão. São enfatizados elementos pouco considerados no tratamento dessas fontes visuais, componentes de novas abordagens que realçam, por exemplo, a espacialidade dos relevos e sua acessibilidade a uma audiência. Neste ponto, uma crítica à noção de ideologia pode ser construída, o que favorece uma abertura a outras abordagens dos relevos palacianos assírios como fontes visuais em contexto.

⁴ O escopo deste artigo envolve uma discussão sobre o contexto histórico da Assíria do primeiro milênio AEC, período no qual os relevos parietais foram implementados nos palácios assírios. Tal objetivo é guiado por um debate bibliográfico e que solicita a apresentação de um par de imagens dos relevos a título ilustrativo e para fins heurísticos. O(a) leitor(a) mais interessado(a) em ter contato com maior número de imagens pode contar, além dos catálogos de imagens dos relevos, como o de Barnett, Bleibtreu e Turner (1998), com a referência às análises sobre aspectos iconográficos e sobre a materialidade dos relevos feita ao longo do texto. Em especial, destaco as teses de doutorado de Nadali (2006), sobre a espacialidade e temporalidade dos relevos palacianos, bem como a de Ranieri (2018), sobre os aspectos corporais em textos e imagens do período neoassírio. Nelas, também podem ser encontradas várias imagens dos relevos. Destaco, por fim, alguns estudos historiográficos sobre os relevos palacianos, como os de Bachelot (1991) e Rede (2018).

O contexto de formação do Império Assírio e o lugar dos relevos palacianos

Os baixos relevos parietais apareceram primeiramente nos reinados de Tukulti-Ninurta I (1243-1207 AEC) e Assurnasirpal II (Aššūr-nāšir-apli, 883-859)⁵, sendo utilizados recorrentemente nas paredes dos palácios desde então⁶. A opção pela escultura pode ser justificada pela maior durabilidade do material, além da Assíria, região localizada a Nordeste da Mesopotâmia, estar próxima a montanhas, fonte rochosa⁷. Tendo a região pouca disponibilidade de recursos materiais básicos, era comum a importação de matérias primas ao longo dos milênios de sua história⁸. Então, o desenvolvimento da Assíria pela exploração, alargamento do território, ampliação comercial e diplomacia configurou um contexto de relações exteriores estimulante à utilização dos relevos (BACHELOT, 1991: 113), seja pelo maior acesso à matéria prima (a rocha calcária), seja pela possível necessidade de sofisticar o registro da memória e da história dos principais eventos da atuação assíria.

Do que sabemos a partir das escavações arqueológicas conduzidas nos sítios dos palácios, a maioria dos recintos contém relevos em suas paredes. Aliás, eles foram em grande medida os motivadores e definidores das escolhas e das rotas internas de escavação nas ruínas palacianas (READE, 2016: 12). Para além do palácio em si, a coleta das placas esculpidas e dos tabletas de argila escritos constituíam o objetivo primário das delegações arqueológicas, pois esses objetos poderiam ser transportados às nações que patrocinavam as primeiras escavações na região, indicando a motivação no recolhimento de cultura material para preenchimento dos museus europeus.

Ao longo de sua história, a organização geopolítica da Assíria foi encaminhada para a valorização, organização e centralização de certas cidades, incluindo seus palácios e

⁵ As versões em acadiano dos nomes dos reis estão baseadas na *Prosopography of the Neo-Assyrian Empire*, volume 1, partes I e II (RADNER, 1998; 1999) e volume 3 (BAKER, 2002).

⁶ Cf. Winter (1993: 32; 2010a: 14), Cifarelli (1998: 210), Dolce (2004) e Kertai (2014a: 708), é possível que esse uso tenha sido semelhante a um costume de empregado em monumentos sírios.

⁷ O nordeste mesopotâmico fica relativamente próximo às bases de duas cadeias montanhosas: a do Taurus, a norte e noroeste, e a do Zagros, a nordeste e leste. Russell (1987: 520; 522; 1991: 97-100; 265; 267; 277), Mooney (1999: 32) e Mitchell e Middleton (2002: 94) mencionam a extração de pedras em Balatai (moderna Eski Mosul), região aproximadamente a vinte quilômetros de Nínive, a região do monte Nipur (norte da Assíria) e Tastiata, próxima ao rio Tigre, para a elaboração dos colossos e relevos palacianos. Sobre a constituição físico-química das pedras, ver Middleton (1998).

⁸ Cf. Liverani (2016: 45-70), mas a ausência pontual de certas matérias primas em cada local é contrabalanceada por movimentos humanos de organização, deslocamento e interação interregional.

templos, concentrando o poder na capital ou núcleo do império, polo de referência na relação às outras cidades (PARPOLA, 2003: 100; RADNER, 2014: 103-104). De maneira geral, no início do desenvolvimento urbano especialmente na Baixa Mesopotâmia no terceiro milênio AEC, os templos foram as primeiras instituições centralizadoras de um poder social, religioso, político e administrativo (SALLABERGER, 2007: 265-269). A unidade palaciana surge e é utilizada estritamente para funções administrativas, tornando-se paulatinamente uma instituição monumental dos reinados locais ou conglomerados. No primeiro milênio, mesmo os palácios na Mesopotâmia não sendo geograficamente centrais nas cidades, eles representavam uma centralização da atenção e do poder, ao lado dos templos (STONE, 2000: 244-248).

Os palácios eram os centros administrativos e a casa da corte e da realeza. Em seus recintos, havia um conjunto de relevos com tipos de motivos diferentes, que poderiam se corresponder às funções dos ambientes (NADALI, 2006: 17). Por exemplo, em todos os palácios havia uma sala retangular grande e alongada, onde se encontrava um patamar (ou degrau), sobre o qual devesse ficar o trono do soberano. Nesse ambiente, era comum haver a “decoreação” parietal em relevo com cenas de batalhas, representando as conquistas (militares) assírias (Figura 1). O desenrolar da cenografia nessas imagens era típico: havia uma preparação e marcha do exército à batalha, depois um ataque a uma cidade ou um momento de combate e, por fim, a procissão do exército com prisioneiros e espólios em direção ao rei (BACHELOT, 1991: 111; NADALI, 2006: 17). Por ser uma sala do trono, lugar específico e destinado ao exercício do poder pelo soberano, a presença de motivos bélicos vincula-se ao destaque da guerra no âmbito da realeza assíria. A guerra e a violência também caracterizam um discurso, com grande carga simbólica, de um “exercício do poder absoluto e sem igual” pelo rei (BACHELOT, 1991: 109). Em certa medida, as salas do trono com relevos fazendo referência a campanhas militares informam a realidade do império (BACHELOT, 1991: 113).

Figura 1 – Relevo da sala M do Palácio Norte de Nínive (placa 17).

Fonte: ©The Trustees of the British Museum (BM 124928). Adaptada por Ranieri.

A atividade militar compunha as estratégias utilizadas para a continuidade do desenvolvimento do núcleo assírio, desde o início de uma formação imperial (KUHRT, 2003: 479; RADNER, 2014: 106). Dessa forma, os relevos nas salas do trono e nos outros ambientes palacianos, com cenas de conquistas assírias e ações bélicas, conectavam-se ao ambiente político da Assíria entremeado por guerras constantes. Nesse tipo de relevo, há também cenas de brutalidade. Nas batalhas esculpidas, aparecem armas, o combate físico entre guerreiros, os corpos espalhados pelo cenário (em pé ou estirados ao chão), uma dinâmica caótica pela dispersão de figuras etc. (Figura 2). A brutalidade é vista além desses elementos cenográficos; paralelamente, há decapitações, empilhamento e contagem de cabeças, empalações, atropelamentos equinos, corpos caindo de alturas etc. A brutalidade do exército, e das ações reais relacionadas à guerra, é característica presente em fontes da região, sejam escritas ou imagéticas, desde o final do terceiro milênio AEC. O elemento bélico, brutal e guerreiro é um eixo da política do período Neoassírio; como componente da atuação política assíria, a guerra era registrada recorrentemente em imagens nos relevos palacianos – e em textos, como é o caso das Inscrições Reais.

Figura 2 – Relevo da sala XXXIII do Palácio Sudoeste de Nínive (placa 2).



Fonte: ©The Trustees of the British Museum (BM 124801b). Adaptada por Ranieri.

A recorrência da guerra marcou não somente o período Neoassírio. Uma constante *vigília bélica* (GARELLI; NIKIPROWETSKY, 1982: 49; CHARPIN, 2000: 822) faz parte a história da Assíria: desde o fim do segundo milênio, a região foi governada pelos arameus⁹, período de subjugação que pode ter disparado o “espírito guerreiro” assírio (GARELLI; NIKIPROWETSKY, 1982: 49). Mesmo sob dominação aramaica, Charpin (2000: 822) afirma que a região se destacou a partir dos governos de Assur-Uballit I (Aššur-uballit, 1366-1330), Salmanasar I (Salmānu-ašarēd, 1274-1245), Tukulti-Ninurta I (1244-1208) e Tiglate-Pileser I (Tukultī-apil-Ešarra, 1115-1077). As características políticas principais que realçaram a emergência da Assíria foram a concentração de terras férteis, próximas ao seu núcleo regional na cidade de Assur, e a definição de rotas ao comércio e à comunicação. Além disso, um conjunto de fatores que possivelmente favoreceu a manutenção de uma estrutura da Assíria durante os períodos de subjugação política é composto por: uma linha única de reis, provavelmente da mesma família, fortalecendo uma tradição; a centralidade política e religiosa, originariamente em Assur, com a preservação de ritos da realeza; uso contínuo das inscrições e registros históricos (como aqueles de

⁹ Ver, por exemplo, a síntese panorâmica de Charpin (2000), especialmente p. 821-822.

campanhas militares); e a formação de um conjunto de grandes cidades que constituem um núcleo geográfico assírio (Kalhu, Nínive e Arbela) a partir do século IX AEC (KUHRT, 2003: 478). Complementarmente, a Assíria mantinha uma elaboração própria de sua tradição escrita e em cultura material, ainda que sob influência aramaica. O registro das inscrições reais, e posteriormente dos relevos, e a continuidade da prática escrita (administrativa, votiva, decorativa e divinatória), pautada no uso do cuneiforme e da língua acadiana, favoreciam a preservação do conhecimento tradicional. Comparativamente, a prática documental aramaica era centrada no registro em tinta no papiro ou couro, ou até o uso de cera em pranchas de madeira, todos materiais frágeis e dificilmente conserváveis ao longo do tempo (CHARPIN, 2000: 121).

Desde uma resistência bélica em momentos de submissão a uma atuação para retomar o poder, chegando ao ápice da dominação territorial, a sombra militar sempre esteve presente durante a imposição da Assíria (BEDFORD, 2009: 36). Sua retomada de poder iniciou-se no começo do primeiro milênio AEC, com Adad-Nerari II (911-891) e Tukulti-Ninurta II (890-884). No entanto, o governo de Assurnasirpal II, seguido por Salmanasar III (858-823), marcou a política assíria que durou até fins do século VII AEC. A ênfase nas ações de governo estava na retomada de territórios perdidos – ou a reorganização de territórios recém-conquistados –, na criação de um sistema de controle de rotas comerciais e de comunicação (ambas mais ao norte de Assur), visando o aumento do potencial econômico da Assíria, e no pagamento de tributos a partir do estabelecimento de províncias do império. Configurando o início de uma formação imperial (KUHRT, 2003: 479), a retomada dos territórios pretendia não somente o crescimento econômico (para abastecer, por exemplo, a construção e manutenção das capitais e do exército profissional), mas também o retorno a uma ordem política que havia sido desestabilizada no período Médioassírio (BEDFORD, 2009: 41). Nesse sentido, as estratégias utilizadas pelo governo assírio envolviam investidas militares, a pilhagem e a deportação em massa de pessoas para outras cidades, estratégias que ganharam amplitude no decorrer do primeiro milênio. A intervenção militar e a organização do império pelo controle ramificado e difundido passaram a ser multifacetadas de acordo com a necessidade. Foi no momento de aumento de destaque interregional dado pela reconquista e pela consolidação que houve crescimento

(e criação) de capitais, locais de concentração de recursos humanos e materiais, muitos resultantes de deportações, pilhagens e espólios.

Então, o recorte cronológico da Assíria do início do primeiro milênio AEC pode ser esquematicamente caracterizado por: um período de recuperação (RADNER, 2014: 103) da passagem do segundo ao primeiro milênio, lembrando da presença de controle aramaico; a continuidade no desenvolvimento com a retomada e consolidação do poder e de territórios (LIVERANI, 2016: 635), com um expansionismo territorial inicial (JOANNÈS, 2002: 21; RADNER, 2014: 104) e com a incorporação de novas cidades (RADNER, 2014: 104); um período de crise, aproximadamente entre 823 e 745 AEC, seguida de uma refundação ou novo movimento expansivo (JOANNÈS, 2002: 26; LIVERANI, 2016: 641; 647); e, por fim, um apogeu imperial (JOANNÈS, 2002: 29; LIVERANI, 2016: 655), marcado pela coesão e consolidação do projeto imperial (RADNER, 2014: 105). O fim do período Neoassírio é caracterizado pela supressão paulatina da Assíria pela Babilônia no final do século VII, encerrando a hegemonia assíria no primeiro milênio. Portanto, todas essas fases são permeadas por uma noção de império e, no ápice da política assíria, a belicosidade e a monumentalização caracterizaram o momento.

O governo de Tiglate-Pileser III (Tukultī-apil-Ešarra, 744-727) realçou a configuração de um Império Neoassírio¹⁰, cujo ápice estendeu os domínios de Susa (antiga

¹⁰ Elementos definidores da formação imperial assíria são debatidos na literatura. Charpin (2000: 823) menciona os aspectos sobre o início do império: reconquista territorial prévia, com consequente expansão, política militar, provincialização e estratégia de deportações em massa. Radner (2014) aponta a passagem de um império hegemônico que extrapola um poder regional em direção a uma extensão, implicando um tipo de relacionamento e organização de outros núcleos não centrais, a um império territorial, que envolve maiores investimentos em expansão, incorporação, transformação e sistematização. Para a autora, o aspecto temporal do desenvolvimento de um império é variável importante. Recentemente, Liverani (2017) pauta-se nos seguintes elementos para a compreensão de um império: uma “missão ideológica” clara, profundamente assumida e posta em prática, conquista e expansão territorial, submissão por conquista ou controle indireto, regime operativo de administração e uso de recursos materiais. Também em contribuição recente, Frahm (2017: 162) destaca elementos de um “*mindset*” assírio que favoreceram sua configuração imperialista: um “senso de ordem”, que vai desde a forma de escrita à organização administrativa provincial, envolvendo uma hierarquia de comando; e uma prática de “apropriação”, que comporta o comércio tradicional, o veio militar, com uso de violência, a concentração de materiais (frutos do mercado ou do espólio), a captação cultural, especialmente de origem babilônica. Além disso, a forma de dominação do Império Assírio pode ser caracterizada por um “modo de produção tributário” (diferentemente de um império comercial ou colonial, conforme Bang e Bayly, 2011: 6). Em denominações gerais, período Neoassírio e Império Neoassírio não coincidem em termos de cronologia histórica. O primeiro termo pode abranger o desenvolvimento histórico-político prévio à ascensão e clímax imperial, além de ser utilizado para se referir a um estágio de desenvolvimento da língua acadiana. Já o segundo é configurado pelos debates que definem as características acima expostas e pode ser circunscrito, a depender do critério de evidência assumido, por um período mais restrito. Aqui, o termo Império é utilizado por melhor se aplicar ao projeto ou caso assírio.

capital do Elam, atual Irã) ao Egito (CHARPIN, 2000: 823). A política militar continuou e foi sofisticada, permitindo o desenvolvimento da deportação em massa e do controle de outras grandes cidades, como a Babilônia. Após o governo de seu filho sucessor Salmanasar V (725-721), iniciou-se quatro reinados chamados hoje de Dinastia Sargônida: Sargão II (Šarru-ukīn, 721-705), Senaqueribe (Sīn-aḫḫe-erība, 704-681), Esarhaddon (Aššur-aḫu-iddina, 680-669) e Assurbanipal II (Aššur-bāni-apli, 669-627). Sargão II começou a construir uma nova capital, *Dur-Šarrukin* (atual Khorsabad, no nordeste iraquiano), deixando Kallhu, a cidade assíria principal desde Assurnasirpal II – sendo que este já havia deixado o núcleo tradicional e religioso de Assur dois séculos antes. Senaqueribe, que deu continuidade à obra de Sargão II, deixou *Dur-Šarrukin* e constituiu capital em Nínive (*Nīnua*), construindo o conhecido “palácio sem rival” (*ekal šānina lā išū*), na parte sudoeste do monte Kuyunjik (na atual Mossul). Esarhaddon, filho de Senaqueribe, primeiramente foi colocado no trono da Babilônia, tendo dominado também o trono assírio em seguida. Foi sucedido por Assurbanipal II, continuador do projeto imperial assírio e que estabeleceu um novo palácio em Nínive, na parte norte do monte principal.

Em síntese, no desenrolar inicial de uma formação imperial (KUHRT, 2003: 479), ações de cunho militar compunham as estratégias utilizadas para a continuidade do desenvolvimento do império¹¹, militarismo marcado muitas vezes pela brutalidade do exército. Nesse ambiente assírio, nota-se a vinculação dos palácios à guerra, o que pode ser observado pelas intenções do rei e pela “decoração” com os relevos com motivos bélicos. Então, a guerra é um elemento fundamental para a compreensão do contexto assírio. Como identificado por Rede (2018: 596), a historiografia sobre a Mesopotâmia também tendeu a apontar o elemento bélico, brutal e guerreiro como “[...] definidor do conjunto social assírio, patamar qualificador da política, da economia, das artes, da literatura, da religião e do próprio deus Assur”.

Contudo, outros elementos também devem ser ponderados para uma compreensão do perfil imperial assírio. É fato o uso da força militar no processo de expansão, mas não como seu sustentáculo principal. A sofisticação política da Assíria é emblemática, cujas

¹¹ A saber, segundo Radner (2014), estratégia para expansão territorial e sua consolidação. Para a autora, há certa discussão na literatura a respeito da natureza do Império Assírio, em especial sobre se houve de fato ou não uma consolidação imperial. Nesse aspecto, há destaque para o envolvimento de uma concepção temporal (longevidade, estabilidade e manutenção) no âmbito investigativo sobre a estrutura dos impérios na história.

inovações das tecnologias administrativas, estratégias de comunicação, uso da diplomacia através de tratados e o processo de “assirianização” compõem o grande quadro da estrutura imperial, na qual o exército é um aspecto¹². A partir do primeiro milênio, a organização, o controle, as consolidações e coesões de territórios davam-se especialmente por meio de acordos ou tratados diplomáticos, que estabeleciam uma relação de troca entre as partes – ainda que desbalanceada em favor da Assíria. Dessa maneira, o Império Assírio assumiu uma configuração ampla de um domínio relativo de territórios e com dois níveis principais de submissão: o acordo para o estabelecimento de pagamento de tributos por parte de um governante local; e por meio da organização provincial sob gestão assíria, sendo necessária a substituição do governo da cidade por um regente assírio.

Uma ideologia nos relevos palacianos

A evolução no uso dos relevos ao longo do período Neoassírio pode ser vista atrelada ao exercício do poder e à sua carga simbólica. Conforme Bachelot (1991: 110), “o poder absoluto, a violência e a produção simbólica a partir dos baixos relevos aparecem como o produto, a consequência da ordem política bem como a representação, o reflexo das violências engendradas pelo exercício do poder”. A “decoração” luxuosa e completa dos palácios, incluindo-se os relevos, pode ser considerada um programa, uma organização planejada e intencional, que formaria as características da cultura da realeza. Tal “luxo programado” podia contribuir, conforme Thomason (2004: 151-152; 157; 161), para a formação da identidade palaciana e imperial.

Essa formação da identidade a partir dos elementos bélicos e ostentatórios tem sido depreendida na literatura sobre o Império Assírio a partir de justificativas sobre sua função

¹² Cf. Radner (2014). A assirianização pode fazer parte da caracterização da política assíria, mas não pode ser considerada uma atuação unidirecional e acurada, nem uma iniciativa com resultados diretos e uniformes. Ao contrário, ela seria um processo obviamente intencional por parte do núcleo assírio, mas que deve ser visto como um mecanismo de contato intercultural. Nesse sentido, há em jogo a influência assíria – que também recebia influências babilônicas e sírio-hititas – e uma contrapartida aramaica, seja na língua – certamente presente desde os períodos de supressão aramaica – como também pelo fruto do contato das deportações. Charpin (2000: 821) afirma que estas últimas “aceleraram uma ‘aramaicização’ da Assíria”. Sobre o processo aramaicização da Assíria, ver Tadmor (1981). Argumentos e contextos específicos desses tipos de contatos estão, por exemplo, no volume 86 da revista *Syria*, de 2009, incluindo bibliografia geral ao final do volume (p. 159-178). Ver, em especial, Kepinski e Tenu (2009), Bunnens (2009), Rouault (2009) e Masetti-Rouault (2009).

ideológica e propagandista¹³, que visava mostrar a brutalidade como forma de propaganda “psicológica” de terror (MILLER, 2009: 135), impondo a ideologia da Assíria guerreira (BAHRANI, 2008: 24; JOANNÈS, 2002: 42). As cenas e as inscrições em que é relatado o processo de construção dos palácios também são julgadas como ideológicas, ao realçarem o empenho colossal de recursos materiais e humanos nessas empreitadas. O registro do processo de construção e o palácio materialmente pronto são vistos como ideologicamente impactantes da superioridade do Império Assírio do primeiro milênio AEC (PARKER, 2011: 374)¹⁴.

A ideologia pode ser considerada um componente próprio de uma dinâmica imperial, ao lado da legitimação do poder e da autoridade de um soberano supremo (relacionado com a divindade) e da implementação de um sistema político-ideológico (PARKER, 2011: 358)¹⁵. A partir da disponibilidade de fontes e das análises sobre o desenvolvimento governamental no período Neoassírio, observa-se, segundo Winter (1993: 31), uma “retórica real”, constituída por um conjunto de “atitudes em prol ao governo” e que permitem o acesso a “experiências de autoridade”. Enquanto Winter (1993) focaliza tais experiências na construção e decoração dos palácios, a retórica real assíria é a portadora de uma ideologia, cuja força motriz seria a elite real, constituída pelos escribas especialistas e pela corte (eunucos, guardiões do palácio, cozinheiros, músicos, a família do rei e suas esposas), grupo tanto interno à capital e ao palácio, como provincial. Essa elite seria a mantenedora do sistema ideológico, através da criação, sustentação e disseminação desse sistema (PARKER, 2011: 364; 368-372). Centrado na figura do soberano e

¹³ A ideologia nos relevos e de todo exercício imperial neoassírio compõe um argumento trazido de forma mais ou menos declarada e criticada por diversos autores, por exemplo: Reade (1979), Winter (2010a), Bahrani (1995), Cifarelli (1998), Lanfranchi (2000), Parpola (2003), Fales (2006), Nadali (2006), Takla (2008), Miller (2009), Parker (2011) e Liverani (2016). Algumas publicações nacionais se dedicaram à discussão sobre a ideologia no caso dos relevos palacianos assírios, especialmente em imagens envolvendo a guerra e a violência. Ver, por exemplo, Pozzer (2011; 2013), Marinho, Siqueira e Pozzer (2012), Pozzer e Santos (2012), Santos (2013a; 2013b) e Silva (2013). Uma discussão sobre os aspectos de uma ideologia e propaganda da realeza assíria presente nos textos do período está, por exemplo, no aparato introdutório e crítico das edições das cartas dos escribas feitas por Parpola (2014, SAA X) e de textos literários (LIVINGSTONE, 1989, SAA III).

¹⁴ Os projetos construtivos materializados pelo exercício do rei foram analisados por Albenda (1986), Russell (1987) e Winter (1993) a partir da articulação entre texto e cultura material, fontes nas quais é declarada a importância de tais projetos no período.

¹⁵ Parpola (2003: 101), Parker (2011: 364; 368-372), Radner (2014: 105; 109) e Pongratz-Leisten (2015) também argumentam sobre o papel da elite como influenciadora da expansão assíria.

implementado por uma corte real, o império consolidara-se, de um lado, por vias simbólicas e, de outro, pela presença bélica recorrente.

A trajetória da historiografia sobre os aspectos políticos da Assíria¹⁶ é marcada pela utilização de fontes escritas, incorporando gradualmente a cultura material. Nesse aumento de repertório documental, por vezes os relevos palacianos eram mobilizados para confirmar o conteúdo de textos. Contudo, ampliando a análise para além do nível textual, as imagens apresentavam particularidades que exigiam mais recursos compreensivos. Grosso modo, de um lado, a ideologia é um fenômeno próprio das relações sociais, mas, por outro, é um conceito mobilizado nas pesquisas sobre a história assíria. Nessa linha, uma ideologia da organização política assíria não estaria arraigada somente em textos, mas também nas imagens.

Essa tendência na historiografia foi acompanhada por desdobramentos de teorias na pesquisa arqueológica, apontados por Kristiansen (2009: 72-74). Pela atenção à cultura material, a ideologia não é somente localizada em ações simbólicas e em discursos, mas é também atribuída a suportes materiais. Os objetos seriam considerados meios singulares de veiculação ideológica, favorecendo a realização da comunicação ao portar mensagens não-verbais e não transmissíveis pelos textos. Como descreve Marcus (2000: 2487),

[...] materiais visuais têm um papel único na expressão da ideologia. A cultura material pode tomar a responsabilidade de carregar certas mensagens que a cultura não pode confiar à linguagem. A habilidade da arte e outros bens materiais de carregar mensagens de modo não verbal as torna meios especialmente sutis e furtivos para comunicar certas mensagens políticas potencialmente controversas, sem o risco de protesto, recusa ou controversa. Nesse sentido, eles podem tornar-se ferramentas poderosas de persuasão pelas quais um grupo de pessoas ganha a obediência de outros.

Conforme Kristiansen (2009: 76), sabendo que a ideologia está atrelada às intenções e escolhas deliberadas, integrantes das relações sociais de dominação (produção e reprodução dos meios de dominação), as imagens e os artefatos são considerados

¹⁶ Destaca-se, por um lado, um grupo de publicações em torno das décadas de 1980 e 1990, concentradas na temática do Império Assírio (por exemplo, Reade (1979; 1981), Fales (1981), Tadmor (1981), Parpola e Whiting (1997) e a primeira edição italiana, em 1988, de Liverani (2016)). Por outro lado, são relevantes as publicações recentes e que possuem acesso a um maior conjunto de fontes editadas (principalmente escritas). Ver, por exemplo: Fales (2001, 2010), o volume organizado por E. Frahm, incluindo seu capítulo específico sobre período Neoassírio (FRAHM, 2017), Liverani (2017) e Radner (2014; 2015).

manifestações intencionais (ou seja, expressões de uma ideologia) por terem sido, assim como os textos, manipulados com uma intenção. A análise desses produtos se dá no plano das estruturas de relações sociais de dominação; então, conectar as práticas culturais (como os artefatos e imagens) ao conjunto amplo de produção e reprodução material ajuda a explicitar como “formas” culturais/ideológicas “correspondem a suas funções materiais de reprodução” (KRISTIANSEN, 2009: 77). Portanto, a ideologia

[...] não é considerada como um reflexo passivo da sociedade, mas, ao contrário, um fato ativo que pode ser usado por indivíduos e grupos sociais em competição para estabelecer e legitimar sua dominância através de uma ideologia baseada na sociedade como um todo e expressada em símbolos, normas sociais, regras e rituais (KRISTIANSEN, 2009: 77).

No início do período Neoassírio, reconhece-se a ideologia no modo de atuação imperialista da política da realeza. Uma “missão ideológica” é encontrada no registro histórico presente nos relevos palacianos ao realçar componentes figurativos que visam o realismo da expressão visual. Dois exemplos, apontados por Battini (2016: 41) e Nadali (2016: 83), são a carga simbólica na imagem do rei, especialmente em sua posição espacial, e a guerra como um tema banal nos relevos. A aproximação entre o que está no relevo e as experiências vividas é o que permite um enraizamento ideológico mais efetivo. Gradualmente, o realismo era enfatizado pela recorrência de imagens padronizadas, construindo uma unidade com o passado, uma tradição (MARCUS, 2000: 2488). A padronização de elementos da realidade depende das técnicas escultóricas e do uso de marcadores visuais repetidos, ambos em direção à identificação de aspectos tradicionais. Como nas cenas de batalhas, a posição e a dinâmica cenográfica do exército assírio, assim como os lugares do rei durante o “acolhimento” dos resultados da investida, são indícios que realçam a figura do soberano e o reatualizam constantemente no cenário assírio real e figurativo.

O aumento do realismo pela padronização de imagens da realidade vivida e o uso da narratividade¹⁷ ao longo da implementação dos relevos são os fatores que facilitam a

¹⁷ Esse é um termo recorrente na literatura ao se tratar da dinâmica visual do que é representado pelos relevos. O uso deste tipo narrativo nos palácios assírios relaciona-se com a presença de uma “narrativa histórica”, envolvendo a representação de um único evento e com personagens participantes da cena. Esse estilo de representação também foi se desenvolvendo paulatinamente durante o período Neoassírio. As opções

compreensão, colaborando para reforçar a ideologia da realeza, em comunhão com os registros textuais (BACHELOT, 1991: 114). Outro fator implicado ao realismo e à ideologia assíria é a diminuição das referências mitológicas¹⁸ nas imagens, o que pode ter relação com a “evolução do império”, processo que exige um aumento da transmissão do conteúdo ideológico de acordo com a situação geopolítica (BACHELOT, 1991: 114). Nesse sentido, a maior extensão do império causa o aumento da heterogeneidade de um *núcleo mental*¹⁹, impondo a necessidade de “encontrar um meio para elaborar uma mensagem compreensível para um número maior de pessoas, de onde a evolução de uma arte que será além do simbólico, teoricamente difícil de interpretar, a uma anedota mais acessível a um público amplo” (BACHELOT, 1991: 115). No período Neoassírio, a dependência de figuras vinculadas a uma divindade poderia não funcionar como componente de uma imagem a ser exposta num “mundo” ampliado pela expansão do império. O uso de um estilo narrativo para expressar visualmente imagens de uma experiência real poderia ser mais efetivo dada a concretude daquilo que é exposto.

Então, a ideologia é concebida naquilo representado nos relevos pela seleção (intencional) de suas figuras e motivos. Conforme Marcus (2000: 2490-2491), o conteúdo estaria atrelado ao processo de desenvolvimento imperial, estabelecido e legitimado pela ação militar e pelos ganhos econômicos da guerra, e tendo como eixo, de acordo com Battini (2016: 44), a figura do rei: é a partir dele que emana a aspiração imperialista e para ele (no centro do império) que os resultados chegam.

A expressão imagética do rei e dos assírios é padronizada e alcançada também pela escultura de suas posturas corporais nas placas. A possibilidade de reconhecimento dos assírios implica a diferenciação destes com os outros, os não assírios. Pela representação assíria e de sua alteridade, percebe-se marcadores corporais, indumentários e grupais de uma identidade assíria e não assíria²⁰. A presença de elementos tradicionais na figuração do rei faz parte do agrupamento de disposições visuais que caracterizaram a identidade assíria.

utilizadas para o registro escultórico das cenas são a sobreposição das pessoas representadas, possivelmente indicando distância em termos de perspectiva e profundidade; uso de bandas e faixas para diferenciar acontecimentos concorrentes; e a dispersão de elementos pela placa, também como tentativa de expressar perspectiva.

¹⁸ Sobre os indícios mitológicos e religiosos, Kristiansen (2009: 76) menciona que a religião, atrelada a uma concepção mitológica de mundo, está relacionada a uma dinâmica ideológica. Marcus (2000: 2487) afirma que a dimensão religiosa é mais difícil de ser acessada, por atuar por meio de símbolos.

¹⁹ Cf. Liverani (2016), que utiliza recorrentemente o conceito “mapas mentais”.

²⁰ Ver Cifarelli (1998).

Já a alteridade contrastante, os não assírios, são expressados na situação de prisioneiros, rendidos, depositantes de tributos, sujeitados à violência corporal ou ao controle numa procissão de deslocamento territorial. Eles não eram esculpido de forma arbitrária, o que, por um lado, marca as diferenças para com o ideal assírio e, por outro, justamente realça a realidade da situação (MARCUS, 2000: 2492)²¹. Embora seja possível localizar precisamente a cena no tempo e no espaço, a tentativa de esculpir a realidade atende a um “realismo balanceado”: não há “benefícios distintivos particulares”, como em representações corporais diferentes para distinguir – e privilegiar – de modo exacerbado uma visão de um grupo²². Mesmo que se possa distinguir entre tipos diferentes de pessoas, não se reconhece um rosto, como um retrato (READE, 1979: 331; BAHRANI, 2008: 97-98; WINTER, 2010b: 83)²³. Adicionalmente, a evolução dos estilos e temas nos relevos ao longo do período Neoassírio e sua variação de figuras não indicam uma alteração na configuração da ideologia evocada (READE, 1979: 331). Então, seria uma única ideologia veiculada por meio dos relevos palacianos e atrelada à missão imperial assíria. Os diferentes motivos e estilos escultóricos estariam de acordo com a mensagem ideológica a ser divulgada.

Até aqui, a definição de uma ideologia dos relevos contém um *corpus* de sentidos (intencionais) veiculados por um suporte material. A meta é a legitimação dessas intenções

²¹ Reade (1979: 333-334) apresenta uma categorização de outros (estrangeiros) que aparecem em fontes assírias, especialmente nos relevos. Sobre a representação de “outros” nos relevos assírios, ver, por exemplo, Reade (1998a), sobre árabes, e Albenda (1982), sobre egípcios. Sobre a relação entre formas e estilos de expressão que apresentam um tipo de influência interregional, ver Breasted (1932), Ataç (2006) e Feldman (2014). Sobre a noção de etnicidade no contexto mesopotâmico, ver Bahrani (2001; 2006), e para o caso assírio, ver Emberling (2014) e Feldman (2014). Para Rede (2018: 596), “a guerra e seus aspectos conexos – em particular, a crueldade sem limites – são apresentados como um forte componente étnico e ‘nacional’, inerente a uma Assíria marcial. A conquista sem fronteiras, o domínio severo sobre as regiões vizinhas e a repressão sangrenta de toda resistência ou rebelião formam o quadro que confere sentido a essa caracterização”. Para o mesmo autor (p. 618-619), uma “concepção binária” constitui os lados de uma relação de oposição entre o interno (assírio) e externo (outro), seja no confronto bélico em si, ou na caracterização dos polos do bem e do mal, do espaço ordenado e do “selvagem”, e do comportamento tido como não pertencente aos deuses reconhecidos. O modo de representar cidades e paisagens permite não só a precisão de um lugar, mas também ao circunscrever o espaço e a paisagem assírios, já se delimita de um espaço diferente, habitado por outras pessoas, de fora, não assírios. Sobre a representação de paisagens e de outras cidades nos relevos palacianos, ver, por exemplo, Albenda (1972), Nadali (2006), Nadali e Rivaroli (2007) e Micale (2011). Sobre a expressão de uma cidade assíria nos relevos, ver Reade (1998b) e Nadali (2015) para o caso de Nínive.

²² Bachelot (1991: 111) destaca que, nos relevos, o rei “não se beneficia de algum tratamento particular, estatura, atitude ou lugar na cena mais vantajoso que as outras figuras”.

²³ Por outro lado, os relevos foram objetos de danificação posterior após a invasão das capitais assírias. Um principal alvo foram os rostos das figuras dos reis. Sobre esse tema, ver Bahrani (1995). Sobre o aspecto referencial e performativo do corpo esculpido nos relevos palacianos, ver Bahrani (2008).

promovidas por um grupo de pessoas em posição privilegiada. Este é um lado da consideração ideológica a respeito dos relevos palacianos. O outro lado é a comunicação com aqueles que de algum modo receberiam a informação ideológica. Nesse sentido, especula-se sobre a audiência dos relevos palacianos.

Havia uma audiência pretendida e uma audiência potencial dos relevos (FALES, 2006: 88-95; BAGG, 2016: 60). A primeira era composta pelos reis futuros, que viessem a ocupar os palácios, e os deuses, a quem a construção era dedicada e que eram convidados como visitantes quando da inauguração do monumento. Aos deuses também eram destinados o exercício e a concretização material do poder, cujos resultados seriam o alargamento das fronteiras do império e as novas construções. Nos relevos palacianos, os deuses são evocados na imagem através de símbolos em paralelo à figura do rei, assim como uma relação entre o rei e o divino está nas figuras apotropaicas e nos colossos. Os motivos apotropaicos dos relevos não teriam então somente uma função protetora – indicando a presença dos deuses no ambiente palaciano –, mas serviam também para colocar o rei coligado à esfera divina. A audiência dos deuses garantia a realeza do rei, e este era, numa concepção mesopotâmica mais ampla, o guia e pastor da nação. Assim, por exemplo, o deus patrono Aššur não só designa a realeza, mas também acompanha os reis assírios em seu governo (READE, 1979: 332). O exercício do poder e a religião têm como eixo a figura do soberano no ambiente palaciano (REDE, 2018: 620).

Dessa forma, a presença dos deuses seria múltipla: na materialização do palácio e do governo, na ação real, nos relevos e até como possíveis visitantes do palácio. Como afirma Rede (2018: 618), “[...] a ação mundana do rei prolonga a vontade dos deuses na Terra, reitera o embate mítico entre ordem e caos, fazendo da guerra a perfeita tradução, em seu cenário humano, dos planos divinos, mais universais, mais ancestrais e mais abstratos”. Assim, nos termos de Liverani (2017: 41), dentre os canais de comunicação possíveis e estabelecidos entre os deuses e o rei, os relevos atuavam num nível de ritualização do exercício da realeza, da presença divina por meio da materialidade do espaço arquitetônico e das pessoas que viviam no palácio.

Com relação a uma audiência humana, o interior dos palácios é lugar obviamente restrito por sua dinâmica habitacional e operativa. Poucos teriam acesso às salas e pátios internos. Logo, a efetividade ideológica do império poderia ser alcançada por aqueles

poucos, mas em posições de destaque, que visitavam o palácio, ou pela exposição pública de outros monumentos, como estelas e pedras de fronteira, ou pela visualização do palácio nas cidadelas assírias. Especificamente quanto aos relevos, por grande parte estar no interior da unidade palaciana, depreende-se sua função interna e ritualística, visando a construção de uma imagem e de uma identidade unitária e leal do projeto assírio (MARCUS, 2000: 2491-2492). A resposta ao problema de “como os assírios viam si mesmos e sua relação com o mundo exterior, e como eles desejam que o mundo exterior os visse” (READE, 1979: 329) implica a ideologia pretendida atuante mais no interior da comunidade palaciana, como uma “autossimbolização”, do que exteriormente.

Os palácios poderiam expor uma ideologia do poder monumental ao serem “o corpo massivo de propaganda pessoal” (READE, 1979: 331). A monumentalidade palaciana representava a centralização do poder e o lugar da realeza. Dentro do palácio, o que era mostrado nos relevos encontrava a realidade, como é o caso do rei expresso e presente nas salas do trono (MARCUS, 2000: 2492-2493; WINTER, 2010a: 15-16; 22-23; 2010b: 94). Bens luxuosos, “decorações” em pedra simulando tapeçarias²⁴ e adornos corporais são outros exemplos de distinção de uma identidade interna da realeza e são sinais, conforme Marcus (2000), do fenômeno ideológico. Todos esses elementos confluem numa noção de centralidade: o palácio assírio estava no centro da Assíria, e essa era o centro do mundo.

Crítica à noção de ideologia dos relevos palacianos

A noção de ideologia dos relevos palacianos pode ser criticada pela sua consideração que, de um lado, reduz os relevos a veículos não textuais de mensagens e, de outro, desconsidera seu contexto. Em ambos os casos, a interpretação unívoca sobre a ideologia e a propaganda assíria tem sido revisada por reduzir o papel social dos relevos no interior do ambiente palaciano.

Primeiramente, é contestada a ascensão imperial somente pela via militar (PARPOLA; WATANABE, 1988: XIV; XXV; RADNER, 2014). A sofisticação das estratégias políticas da Assíria é polissêmica, e o exército assume uma parte desse conjunto de ações (RADNER, 2014). Embora a belicosidade seja uma marca dos registros históricos

²⁴ Ver, por exemplo, Albenda (1978; 1991).

assírios, especialmente através dos traços evidentes da violência e da brutalidade nas fontes imagéticas e textuais (REDE, 2018: 596), as estratégias militares seguiam uma linha de atuação circunscrita no conjunto de atividades do projeto imperial. O emprego excessivo e desproporcional de força, visando mais do que a anulação do inimigo em batalha, era uma postura, apesar de aparente nas fontes, bastante restrita a determinadas situações, como descreve Bagg (2016: 60). Ao ponderar o lugar da guerra no ambiente assírio, o cuidado está em não a considerar o motor principal da atividade imperial, evitando o risco de admitir, conforme Rede (2018: 599), uma “dupla ficção”, seja das fontes provenientes da realeza palaciana, seja da produção historiográfica. As condições geopolíticas e históricas da região favoreceram uma atividade militar sem precedentes, mas sem aparatos bem implementados para a organização do poder (como uma rede eficiente de comunicação e uma sistemática administrativa), um império assírio não teria existido (REDE, 2018).

O público que tinha contato com os relevos também parece superestimado. A dinâmica do interior palaciano envolvia uma audiência bastante restrita: realeza, funcionários do palácio, mensageiros e membros da elite assíria eram aqueles que circulavam nas salas dos palácios e teriam uma proximidade com o rei (READE, 1979: 336; 338-340). Um maior número de pessoas podia entrar nas dependências palacianas somente nas inaugurações do local. A partir disso, as noções de ideologia e propaganda não se enquadram à caracterização da audiência: a influência pela propaganda e a aderência a uma ideologia do poder assírio não são proporcionais ao grupo pequeno que circulava no ambiente do palácio (BACHELOT, 1991: 116). Como afirma Bachelot (1991: 117), são ambiguidades dessa “lógica de comunicação particular, diferenciada” própria dos relevos: “a comunicação estabelecida por meio dos baixos relevos não era destinada [...] a uma população inteira, mas àqueles indivíduos somente, que podiam eventualmente transmitir a um público mais largo aquilo que viram e aquilo que experimentaram [...]”. Mesmo com um nível elevado de realismo na elaboração e exatidão em suas figuras, o público que teve contato com relevos nas paredes era pequeno. Por mais que houvesse um investimento na capacidade narrativa, visando facilitar a compreensão da realidade esculpida, há uma abertura à diversidade interpretativa, um caráter que solicita do observador um investimento pessoal mais ou menos participativo (BACHELOT, 1991: 118), ou seja, a

subjetividade do sujeito que vê o relevo não é constricta, o que, grosso modo, daria margem a “leituras” diferentes das imagens.

Outro fator de limitação no uso das noções de propaganda e ideologia é o fato de que poucas pessoas possuíam repertórios de conhecimentos para compreender o que estava exposto nos relevos, em especial as inscrições muitas vezes neles contidas (RUSSELL, 1999: 2). As intenções das figuras dos relevos poderiam estar relacionadas à concretização e exposição do sentido daquilo que era escrito, sendo o texto destinado a um público com conhecimento para decodificar plenamente as informações (PARKER, 2011: 368; FALES, 2006: 92-93). Tal público seria o grupo que constituiu a cultura letrada dos escribas da época, que possuía um poder diferenciado de promulgar uma ideologia assíria²⁵, não deixando, por essas razões, de ser restrito. Se houvesse influência “tácita” dos relevos, através da movimentação e percepção das pessoas com a mensagem narrada nas salas, talvez tal influência tivesse funcionado mais para aquela comunidade interna – e para aqueles que sabiam da configuração palaciana – do que pelos poucos “visitantes” do palácio. Se a visitação de pessoas externas à unidade do palácio era programada, atendendo a determinado fim (uma visita diplomática, por exemplo), é difícil esperar que houvesse um tempo de apreciação das paredes, além de exigir, como mencionado, um repertório mínimo de conhecimento para entender o que estava exposto.

O que é expresso nas cenas dos relevos não é estático. O caráter narrativo do objeto esculpido é dado pela construção visual de eventos (BAHRANI, 2008: 59). Os relevos contêm essas “narrativas visuais”²⁶ que funcionam como registro histórico por meio de cenas e que assumem um caráter de narrativa espacial, ou um “espaço narrativo” (WINTER, 2010a: 3). Tal espaço envolve uma tensão estrutural entre o que está representado (o evento), como está sendo representado (por exemplo, lugar do rei nas cenas

²⁵ Parker (2011: 370) argumenta sobre a cópia e distribuição para as províncias de certos registros de escribas, por exemplo, sobre eventos militares.

²⁶ A título ilustrativo, Watanabe (2004: 103) analisa o estilo de narrativa presente nos relevos de Assurbanipal II. A autora define a narrativa do período como “estilo contínuo”, que é, pela definição de L. Andrews trazida pela autora, “um número de ações que ocorrem em momentos diferentes, mas envolvendo os mesmos personagens apresentados juntos em um espaço único e unificado”. Desse modo, outra opção escultórica é a repetição de certas pessoas nas cenas, indicando, através da variação de sua localização espacial na placa, a passagem de um fluxo temporal. Contudo, Winter (2010a: 3-6) destaca que a palavra “narração” porta uma ideia de leitura, na qual a textualidade está implicada. Nesse sentido, essa autora argumenta que a imagem dos relevos cria um “espaço narrativo” (WINTER, 2010a: 3). A noção de espaço narrativo e de narrativa visual favorecem, de um lado, a compreensão da especificidade expressiva dos relevos e, de outro, o cuidado para não se empregar um modo de leitura textual à narratividade desse tipo escultórico.

de guerra, a disposição vitoriosa assíria) e as razões dessa representação (os motivos pelos quais os relevos encontram-se no palácio real) (WINTER, 2010a: 6). Portanto, aquilo que é mostrado nos relevos e a própria superfície longa das paredes (como destaca Winter, 2010a: 14), exigiriam não somente o deslocamento corporal e ocular, mas também um movimento de repertório cognitivo.

Ainda sobre a audiência, no plano de desenvolvimento arquitetural palaciano, havia disposições para circulação pelo palácio, na forma de rotas únicas, que poderiam conduzir a uma experiência direcionada de movimentação (RUSSELL, 1987; 1991; KERTAI, 2014a; 2015a). Certas pessoas tinham acesso a certos setores, outras a mais lugares, possivelmente dependendo da realização de suas funções e do grau de envolvimento com a realeza. A organização arquitetural dos palácios assírios favorecia uma funcionalidade em áreas ou setores com relativa autonomia, não sendo necessários grandes deslocamentos pelo palácio para a realização de tarefas que poderiam ser logisticamente coordenadas numa parte localizada (KERTAI, 2014a: 696-697; 2015a: 11).

Uma audiência potencial depende da acessibilidade dos sujeitos ao ambiente palaciano. Por um lado, como afirma Bachelot (1991: 114), o aumento do realismo na escultura dos relevos, através do emprego de detalhes da realidade e da narrativa nas cenas, podia favorecer a compreensão dos sujeitos, aproximando o observador de algo por ele já experienciado. Por outro lado, isso não exime a necessidade de um “conhecimento prévio” e de “competências cognitivas do receptor”, ambas relativas à escultura de imagens e textos (BACHELOT, 1991: 115). Também a percepção dos detalhes dos relevos é determinada por: funções das salas; suas dimensões; iluminação do recinto; escala de escultura (tamanho das figuras e das placas, posição e altura); e a posição da cena em cada placa. Então, conforme Bagg (2016: 66-71), para entender o aspecto do contexto arquitetônico das imagens, é necessário pensar nesses elementos como “condições de visibilidade”, mesmo com a consideração indubitável de que havia um nível mínimo de exposição dos relevos²⁷.

²⁷ O argumento e a importância da visibilidade para compreender a função social de monumentos – especialmente considerados propagandísticos e ideológicos – já tinham sido apontados consistentemente, em outro contexto histórico, por Veyne (2010: 328-364). Outro elemento discutido por Kertai (2015a: 187-190) é relativo à incidência de luz nos ambientes palacianos, envolvendo, conseqüentemente, uma apreciação sobre entradas parietais para ventilação e iluminação.

A ampla largura das salas²⁸ também não favoreceria uma influência ou percepção tácita do conteúdo dos relevos, já que esses são baixos relevos e, por isso, uma visão à distância ou a percepção visual periférica no transitar pelos ambientes seriam dificultadas. Se a visitação de pessoas externas à unidade do palácio era programada, atendendo a determinado fim, é difícil esperar que houvesse um tempo de apreciação das paredes, além de exigir, como já mencionado, um repertório mínimo de conhecimento para entender o que estava exposto. Por exemplo, se uma pessoa estivesse em trânsito numa sala do trono, indo em direção ao rei, talvez ela não voltasse os olhos a uma direção diferente daquela focada no soberano. Então, uma influência tácita na experiência de circulação pelo palácio, se não inexistente, seria mínima.

A exigência corporal imposta por tipos de movimentação ou alternância de direção no deslocamento pelos ambientes palacianos poderia ser influenciadora da experiência dos transeuntes. Bachelot (1991), Nadali (2006; 2008; 2012; 2014) e Winter (2010a) apontam que essa experiência de movimentação obedece também a uma programação, na qual os relevos teriam um papel de, por um lado, conduzir o deslocamento e, por outro, servir para apresentar uma dada imagem ao passante. Mesmo que tenha havido um programa ou uma orquestração espacial dos relevos em favor da circulação no ambiente palaciano, tal conjunto programado não necessariamente teria sido entendido. Contudo, mais do que as imagens dos relevos, um programa de movimentação e circulação corporalmente estimulado pode ter sido mais influenciador da experiência visual de quem tinha acesso aos palácios.

²⁸ A largura dos ambientes dos palácios é, a partir das estimativas, bastante variável, de extremos mais amplos, como nos pátios, a menores, em corredores e pequenas salas. Kertai (2014a: 693; 2015a: 8) aponta que, de maneira geral, nos palácios do período Neo ou Tardo Assírio, salas menores, como banheiros, podiam ter entre 25 e cinquenta m²; já salas do trono, os maiores ambientes (fechados) palacianos, podiam chegar a quinhentos m². Winter (1993: 36) indica uma medida aproximada de dez metros de largura por 45 metros de comprimento para as salas do trono de Assurnasirpal II e Sargão II, o que resulta numa média estimada próxima a de Kertai. De uma média das estimativas, tomando o exemplo de um corredor ou sala retangular, que podia exigir percorrê-lo por completo, tem-se uma largura de cinco a sete metros; uma pessoa em trânsito, se ficasse no meio da sala, estaria equidistante de cada uma das paredes a, no mínimo, de dois a quatro metros aproximadamente. Essa distância certamente não favoreceria nem a observação direta (dificultada pela distância relativa da posição acima proposta ou eventualmente pelo deslocamento em execução) ou indireta (relativa à visão periférica, praticamente impossibilitada). As alturas estimadas das paredes também poderiam entrar nesse cômputo como um outro fator influenciador do plano arquitetônico na percepção espacial num ambiente fechado dentro do palácio. Sobre a altura das salas, ver Kertai (2015a: 8-10) e, incluindo um debate e a constatação da impossibilidade de ter havido segundo andares nos palácios assírios, Kertai (2014a: 693-695; 2014b: 193-194; 2015b).

Complementarmente, os locais dos relevos no palácio podem ser pensados não como pontos determinados a uma exposição e consequente observação. Por exemplo, as cenas de batalhas e seus locais poderiam levar ao entendimento da natureza de onde são expostas, como ambientes mais públicos. Contudo, as imagens são bastante espalhadas pelos palácios, em locais que certamente não estariam acessíveis. Então, como indica Nadali (2016: 85-86), as imagens dos relevos não são sempre visíveis, no sentido de uma exposição total, não sendo, portanto, uma fonte para influenciar um público. Ao mesmo tempo, as placas esculpidas, pelo seu realismo narrativo que cria uma lacuna ou uma “indeterminação interpretativa” (BACHELOT, 1991: 122), não encerram o que deve ser visto ou entendido por qualquer um, pois exigem uma postura do sujeito observador.

As paredes dos palácios tendem a ser locais de uma memória compartilhada entre os reis (BACHELOT, 1991: 122), seja através da ocupação sucessiva de um mesmo palácio por vários soberanos, seja pelo aproveitamento de palácios diferentes para funções diversas²⁹. Isso favorece o argumento sobre uma autossimbolização ou autorritualização pelos relevos palacianos. Se os feitos da realeza são registrados nas esculturas, o registro não finaliza sua ação, no sentido de a experiência passada não ter mais relação com o presente. O objeto trazia o passado à tona na contemporaneidade, assim como lançava as bases de um futuro desejado, através da preservação da memória (DI PAOLO, 2016: 35). Os relevos vêm antes do que virá: dão legitimidade, força, criam um clímax para o reinado. Então, segundo Nadali (2016: 85-86), a visibilidade e os observadores não são importantes: os relevos são um “aqui e agora” visível, como aponta Fales (2006: 86), porém não há exposição para ser vista, e sim um ambiente participativo da experiência do palácio, especialmente para quem nele habita.

Ao se considerar a ideia de palácio assírio, os seus espaços arquiteturais e os relevos parietais estavam contidos na sua configuração. Isso fortalece a noção de que a concepção do palácio assírio era voltada à sua comunidade interna. O que definimos por período Neoassírio durou pouco mais de trezentos anos e os palácios construídos nesse período

²⁹ Como exemplos, após a primeira transferência de capital de Assur a Kalḫu por Assurnasirpal no século IX AEC, os reis passam a ser “enterrados” em Assur. Dois séculos depois, com os reis Senaqueribe e Assurbanipal II, haviam diferentes unidades palacianas: o palácio principal, na face sudoeste do monte Kuyunjik, o palácio auxiliar, no monte Nebi Yunus, ambos em Nínive, e com Assurbanipal II o palácio da face norte, que, pelo seu tamanho, não se sabe exatamente se era a residência permanente do rei. Além disso, há relevos nas paredes de algumas salas do Palácio Sudoeste (de Senaqueribe) que são relativos ao período de Assurbanipal II.

tiveram pouca variação em sua concepção monumental e arquitetônica (WINTER, 1993: 31-32; KERTAI, 2014a: 708-709). É preciso considerar que essa comunidade palaciana foi produtora do maior volume de materiais culturais. Se essa corte real recriava palácios seguindo um modelo, essas recriações e os relevos podem ser vistos como objeto de ritualização cotidiana, implementos de um “habitus” que configura não só a identidade, mas também a personalidade daquela comunidade palaciana. Se a função dos relevos estava mais atrelada à interioridade de quem habitava no palácio, havia então uma preservação sem necessariamente externalização; se, por um lado, a recorrência de motivos, como os bélicos, e o uso dos relevos contribuem para categorizá-los em termos de uma banalização de uma prática, a sua função social voltada ao interior os desbanaliza naquela contemporaneidade (BACHELOT, 1991: 119).

Considerados desse modo, os relevos são relativos à prática da memória das experiências de um grupo pequeno, o que permite perceber: uma solidariedade entre os próximos do soberano; uma comunhão daqueles que estão na mesma missão imperial; um compartilhamento das vivências experimentadas numa condição semelhante. Tal memória, segundo Bachelot (1991: 119), confia na imagem “o papel de manter *em permanência*, de fixar *para sempre* os fatos e gestos do soberano”. No contato direto com os relevos, haveria a possibilidade de “consumo” compartilhado, através da visão, daquilo que faz referência à situação experimentada por aquela comunidade (BACHELOT, 1991: 116-117). O planejamento, a projeção e a implementação do programa escultórico do palácio são carregados dessas experiências, destinadas a serem cuidadas pela memória. O conteúdo dos relevos como uma forma de manter a memória atualiza, por meio de novos componentes esculpidos, tanto as novas experiências dos contemporâneos, como aquilo que vem de uma tradição e que passa a ser reatualizado ritualisticamente, para se tornar sempre compreensível e compartilhável.

Considerações finais

A consideração ideológica do conteúdo dos relevos pode, pela sua limitação de abordagem, perder de vista os aspectos materiais dessa expressão de cultura material e, conseqüentemente, o entendimento de seu papel social. Além do destaque que pode ser

dado ao se realçar os relevos enquanto cultura material, enquanto materialidade peculiar de um contexto histórico circunscrito, o esforço de comungar elementos contextuais dá mais sentido à pesquisa e sua especificidade temática; por exemplo, é preciso entender os relevos como um elemento integrante da realeza enquanto manifestação social, com suas “intenções particulares” (GINZBURG, 2014), estruturado num ambiente físico, arquitetônico, geográfico próprio. Então, é preciso colocar a consideração ideológica momentaneamente em suspenso para compreender o potencial da dinâmica social dos relevos. Partindo disso, a análise de seus componentes é favorecida.

Os relevos constituem uma prática de registro imagético intencional, contendo elementos de uma visão de mundo, sem ser um meio de imposição direta de ideias. Mais que isso, suas imagens reafirmam algo certamente já difundido e presente naquele período, mas também não sendo por isso secundário. Os relevos apresentam uma dinâmica ritualística, de operatividade interna, àqueles que criaram e viviam nos palácios. A presença e a dinâmica dos relevos renovam naquela contemporaneidade a visão de mundo registrada.

REFERÊNCIAS

- ALBENDA, Pauline. A Syro-Palestinian (?) city on a ninth century B.C. Assyrian relief. *BASOR*, n. 206, p. 42-48, 1972.
- _____. Assyrian carpets in stone. *Journal of the Ancient Near Eastern Society*, v. 10, p. 1-34, 1978.
- _____. Observations on Egyptians in Assyrian art. *Bulletin of the Egyptological Seminar*, v. 4, p. 5-23, 1982.
- _____. *The Palace of Sargon, King of Assyria: Monumental wall reliefs at Dur-Sharrukin, from original drawings made at the time of their discovery in 1843-1844 by Botta and Flandin*. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 1986.
- _____. Decorated assyrian knob-plates in the British Museum. *Iraq*, v. 53, p. 43-53, 1991.
- ATAÇ, Mehmet-Ali. Visual Formula and Meaning in Neo-Assyrian Relief Sculpture. *The Art Bulletin*, v. 88, n. 1, p. 69-101, 2006.
- BAHRANI, Zainab. Assault and Abduction: the fate of the Royal Image in the Ancient Near East. *Art History*, v. 18, n. 3, p. 363-382, 1995.

_____. *Women of Babylon: Gender and representation in Mesopotamia*. London, New York: Routledge, 2001.

_____. Race and ethnicity in Mesopotamian antiquity. *World Archaeology*, v. 38, n. 1, p. 48-59, 2006.

_____. *Rituals of War: The Body and Violence in Mesopotamia*. New York: Zone Books, 2008.

BACHELOT, Luc. La fonction politique des reliefs néo-assyriens. In: CHARPIN, Dominique; JOANNÈS, Francis. *Marchands, diplomats et empereurs*. Études sur la civilisation mésopotamienne offerts à Paul Garelli. Paris: Éditions Recherche sur le Civilisations, 1991. p. 109-127.

BAGG, Ariel. Where is the public? A new look at the brutality scenes in Neo-Assyrian royal inscriptions and art. In: BATTINI, Laura. (Org.). *Making Pictures of War*. Realia et Imaginaria in the Iconology of the Ancient Near East. Oxford: Archeopress, 2016. p. 57-82.

BAKER, Heather D. (Org.). *The prosopography of the Neo-Assyrian Empire*. Helsinki, 2002. v. 3, part. I.

BANG, Peter Fibiger; BAYLY, Christopher Alan. Tributary Empires – Towards a global and comparative history. In: _____. (Org.). *Tributary empires in global history*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. p. 1-17.

BARNETT, Richard D.; BLEIBTREU, Erika; TURNER, Geoffrey. *Sculptures from the Southwest Palace of Sennacherib at Nineveh*. London: British Museum, 1998.

BATTINI, Laura. Middle Assyrian Drama in depicting war: a step towards Neo-Assyrian Art. In: _____. (Org.). *Making Pictures of War*. Realia et Imaginaria in the Iconology of the Ancient Near East. Oxford: Archeopress, 2016. p. 37-44.

BEDFORD, Peter Ross. The Neo-Assyrian Empire. In: MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter. (Org.). *The dynamics of ancient empires*. State power from Assyria to Byzantium. New York: Oxford University Press, 2009. p. 30-65.

BREASTED, James Henry. Assyrian relief sculpture and the influence of Egyptian art. In: GAUTHIER, Henri et al. *Studies presented to F. Ll. Griffith*. London: Egypt Exploration Society, 1932. p. 267-271.

CHARPIN, Dominique. The History of Ancient Mesopotamia: An Overview. In: SASSON, Jack M. *Civilizations of the Ancient Near East*. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 2000. p. 807-829.

CIFARELLI, Megan. Gesture and Alterity in the Art of Ashurnasirpal II of Assyria. *The Art Bulletin*, v. 80, n. 2, p. 210-228, 1998.

DI PAOLO, Silvana. Visualizing war in the Old Babylonian Period: drama and canon. In: BATTINI, Laura. (Org.). *Making Pictures of War*. Realia et Imaginaria in the Iconology of the Ancient Near East. Oxford: Archeopress, 2016. p. 29-36.

DOLCE, Rita. The “head of the enemy” in the sculptures from the palaces of Nineveh: an example of “cultural migration”?. *Iraq*, v. 66, p. 121-132, 2004.

EMBERLING, Geoff. Ethnicity in Empire. Assyrians and Others. In: MCINERNEY, Jeremy. *A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014. p. 158-174.

FALES, Frederick Mario. (Org.). *Assyrian Royal Inscriptions: new horizons in literary, ideological, and historical analysis*. Roma: Istituto per l’Oriente, 1981.

_____. Narrazione visuale e testuale: il caso delle campagne militari assire. In: (VÁRIOS AUTORES). *L’arte nel vicino oriente antico: bellezza, rappresentazione, espressione*. Milano: Ares, 2006. p. 79-116.

FELDMAN, Marian H. Creating Assyria in its own image. In: _____. *Communities of style: portable luxury arts, identity, and collective memory in the Iron Age Levant*. Chicago: The University of Chicago Press, 2014. p. 79-110.

FRAHM, Eckart. The Neo-Assyrian Period (ca. 1000-609 BCE). In: _____. (Org.). *A Companion to Assyria*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2017. p. 161-208.

GARELLI, Paul; NIKIPROWETSKY, Valentin. *Oriente Próximo Asiático: impérios mesopotâmicos, Israel*. Tradução de E. O. Araújo. São Paulo: Pioneira, EDUSP, 1982.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política*. Tradução de F. Carotti, J. A. d’Ávila Melo, J. C. Guimarães. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

JOANNÈS, Francis. *La Mésopotamie au 1^{er} millénaire avant J.-C.* Paris: Armand Colin, 2002.

KEPINSKI, Christine; TENU, Aline. AVANT-PROPOS: Interaction entre Assyriens et Araméens. *Syria*, v. 86, p. 7-15, 2009.

KERTAI, David. The art of building a late Assyrian royal palace. In: BROWN, Brian A.; FELDMAN, Marian H. (Org.). *Critical approaches to Ancient Near Eastern art*. Berlin: De Gruyter, 2014a. p. 689-712.

_____. From bābānu to bētānu, looking for spaces in Late Assyrian palaces. In: MAY, Natalie N.; STEINERT, Ulrike (Org.). *The Fabric of Cities*. Aspects of Urbanism, Urban Topography and Society in Mesopotamia, Greece and Rome. Leiden: Brill, 2014b. p. 189-201.

_____. *The architecture of late Assyrian royal palaces*. Oxford: Oxford University Press, 2015a.

_____. Imagining second storeys in Late Assyrian Palaces: the architectural reconstructions of James Fergusson and Jean-Claude Margueron. In: MICALE, Maria Gabriella.; NADALI, Davide. (Org.). *How do we want the past to be?: on methods and instruments of visualizing ancient reality*. Piscataway: Gorgias Press, 2015b. p. 49-76.

KRISTIANSEN, Kristian. Ideology and material culture: an archaeological perspective. In: SPRIGGS, Matthew (Org.). *Marxist perspectives in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 72-100.

KUHRT, Amélie. The Neo-Assyrian Empire (934-610). In: _____. *The ancient near east c. 3000-330 BC*. v. 2. New York: Routledge, 2003. p. 473-546.

LANFRANCHI, Giovanni Battista. The Ideological and Political Impact of the Assyrian Imperial Expansion on the Greek World in the 8th and 7th Centuries BC. In: ARO, Sanno; WHITING, Robert M. (Org.). *The Heirs of Assyria*. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 2000. p. 7-34.

LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia*. Tradução de I. E. Rocha. São Paulo: Edusp, 2016.

_____. *Assiria*. La preistoria dell'imperialismo. Bari: Laterza, 2017.

LIVINGSTONE, Alasdair. *Court Poetry and Literary Miscellanea*. (SAA III). Helsinki: Helsinki University Press, 1989.

MARCUS, Michele I. Art and ideology in ancient western Asia. In: SASSON, Jack M. *Civilizations of the Ancient Near East*. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 2000. p. 2487-2505.

MARINHO, Débora Corrêa; SIQUEIRA, Guilherme Machado; POZZER, Kátia Maria Paim. A interpretação de imagens e o ensino da História: iconografia da guerra assíria. *Aedos*, v. 4, n. 11, p. 232-244, set. 2012.

MASETTI-ROUAULT, Maria Grazia. Cultures in contact in the Syrian lower middle Euphrates Valley: aspects of the local cults in the Iron Age II. *Syria*, v. 86, p. 141-147, 2009.

MICALE, Maria Gabriella. *L'immagine dell'architettura nel rilievo storico neoassiro: la forma, i componenti e la funzione della rappresentazione architettonica tra percezione e riproduzione dello spazio*. (Contributi e materiali di archeologia orientale – CMAO 12). Roma: Università La Sapienza, Dipartimento di scienze storiche, archeologiche ed antropologiche dell'antichità, 2011.

MIDDLETON, Andrew P. Stone analysis. In: BARNETT, Richard D.; BLEIBTREU, Erika; TURNER, Geoffrey. *Sculptures from the Southwest Palace of Sennacherib at Nineveh*. London: British Museum, 1998. p. 41-43.

MILLER, Daniel R. Objectives and Consequences of the Neo-Assyrian Imperial Exercise. *Religion & Theology*, v. 16, p. 124-149, 2009.

MIRABELLA, Stephen. Relief Sculpture. In: BOSTRÖM, Antonia. *The encyclopedia of sculpture*. New York: Taylor & Francis, 2004. v. 3. p. 1399-1404.

MITCHELL, Terence Croft; MIDDLETON, Andrew P. The stones used in the Assyrian sculptures. *Journal of Cuneiform Studies*, v. 54, p. 93-98, 2002.

MOONEY, Peter Roger Stuart. *Ancient Mesopotamian materials and industries*. The archaeological evidence. Winona Lake: Eisenbrauns, 1999.

NADALI, Davide. *Percezione dello spazio e scansione del tempo*. Studio della composizione narrativa del rilievo assiro di VII secolo a.C. (Contributi e materiali di archeologia orientale – CMAO 12). Roma: Università La Sapienza, Dipartimento di scienze storiche, archeologiche ed antropologiche dell'antichità, 2006.

_____. The role of the image of the king in the organizational and compositional principles of Sennacherib's throne room: a guide to the historical narrative and meaning of a specified message. In: KÜHNE, Hartmut; CZICHON, Rainer Maria; KREPPNER, Florian Janoscha. (Org.). *Proceedings of the 4th International Congress of the Archeology of the Ancient Near East*, Berlin, mar./abr. 2004. v. 1. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag: 2008. p. 473-493.

_____. Interpretations and Translations, Performativity and Embodied Simulation. Reflections on Assyrian Images. In: LANFRANCHI, Giovanni Battista et al. *Leggo! Studies presented to Frederick Mario Fales on the occasion of his 65th birthday*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag: 2012. p. 583-595.

_____. Moveo, ergo sum. Living in the space around us: distance, perspective and reciprocity. In: GILLMANN, Nicolas; SHAFER, Ann. (Org.). *Corps, image et perception de l'espace*. De la mesopotamie au monde classique. Paris: L'Harmattan, 2014. p. 33-55.

_____. An urban perspective of Nineveh. *Mesopotamia*, v. L, p. 157-176, 2015.

_____. Images of War in the Assyrian Period: What They Show and What They Hide. I In: BATTINI, Laura. (Org.). *Making Pictures of War*. Realia et Imaginaria in the Iconology of the Ancient Near East. Oxford: Archeopress, 2016. p. 83-88.

NADALI, Davide; RIVAROLI, Marta. Definire lo spazio: l'interpretazione del paesaggio nei rilievi e nell'iscrizioni di età Neo-Assira. *Studi e materiali di storia delle religioni*, v. 73, n. XXXI, p. 5-50, 2007.

PARKER, Bradley J. The construction and performance of kingship in the Neo-Assyrian Empire. *Journal of Anthropological Research*, v. 67, p. 357-385, 2011.

PARPOLA, Simo. Assyria's expansion in the 8th and 7th Centuries and its long-term repercussions in the west. In: DEVER, William G.; GITIN, Seymour. *Symbiosis, symbolism and the Power of the Past*. Indiana: Eisenbrauns, 2003. p. 99-111.

_____. *Letters from Assyrian and Babylonian Scholars*. (SAA X). Indiana: Eisenbrauns, 2014. (Original publicado em 1993).

PARPOLA, Simo; WATANABE, Kazuko. *Neo-assyrian Treaties and Loyalty Oaths*. (SAA II). Helsinki: Helsinki University Press, 1988.

PARPOLA, Simo; WHITING, Robert M. (Org.). *Assyria 1995*. Proceedings of the 10th Anniversary Symposium of the Neo-Assyrian Text Corpus Project. Helsinki: The Neo-Assyrian Text Corpus Project, 1997.

PONGRATZ-LEISTEN, Beate. *Religion and ideology in Assyria*. Berlin: De Gruyter, 2015.

POZZER, Kátia Maria Paim. Poder, guerra e violência na iconografia assíria. *Phoînix*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 12-25, 2011.

_____. Relação de Poder no Império - Arqueologia e Iconografia da Conquista de Lakiš. *Maracanan*, v. 9, n. 9, p. 10-30, 2013.

POZZER, Kátia Maria Paim; SANTOS, Leandro Barbosa. Tortura, sujeição e flagelo nos relevos assírios. *Revista Mundo Antigo*, v. 1, p. 206-219, jun. 2012.

RADNER, Karen. (Org.). *The prosopography of the Neo-Assyrian Empire*. Helsinki, 1998. v. 1, part. I.

_____. (Org.). *The prosopography of the Neo-Assyrian Empire*. Helsinki, 1999. v. 1, part. II.

_____. The Neo-Assyrian Empire. In: GEHLER, Michael; ROLLINGER, Robert. *Imperien und Reiche in der Weltgeschichte: Epochenübergreifende und globalhistorische Vergleiche*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014. p. 101-119.

_____. *Ancient Assyria. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

RANIERI, Leandro P. *Concepções de corpo na Assíria do primeiro milênio AEC: entre materialidade e textualidade*. 2018. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

READE, Julian. Ideology and propaganda in assyrian art. In: LARSEN, Mogens Trolle. *Power and Propaganda: A Symposium on Ancient Empires*. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979. p. 329-343.

_____. Neo-Assyrian monuments in their historical context. In: FALES, Frederick Mario. (Org.). *Assyrian Royal Inscriptions: new horizons in literary, ideological, and historical analysis*. Roma: Istituto per l'Oriente, 1981. p. 143-168.

_____. Assyrian illustrations of Arabs. In: PHILLIPS, C. S.; POTTS, D. T.; SEARIGHT, S. (Org.). *Arabia and its neighbours*. Essays on prehistorical and historical developments presented in honour of Beatrice de Cardi. Turnhout: Brepols, 1998a. p. 221-232.

_____. Assyrian illustrations of Nineveh. *Iranica Antiqua*, v. XXXIII, p. 81-94, 1998b.

_____. *Assyrian sculpture*. London: The British Museum Press, 2016. (Original publicado em 1983).

REDE, Marcelo. Imagem da violência e violência da imagem. Guerra e ritual na Assíria (séculos IX-VII a.C.). *Varia Historia*, v. 34, n. 64, p. 591-623, 2018.

RELIEF SCULPTURE. In: WARD, Gerald W. R. (Org.). *The Grove Encyclopedia of materials and techniques in Art*. New York: Oxford University Press, 2008. p. 569-571.

ROUAULT, Olivier. Assyrians, Aramaeans and Babylonians: the Syrian Lower Middle Euphrates valley at the end of the Bronze Age. *Syria*, v. 86, p. 133-139, 2009.

RUSSELL, John Malcolm. Bulls for the Palace and Order in the Empire: The Sculptural Program of Sennacherib's Court VI at Nineveh. *The Art Bulletin*, v. 69, n. 4, p. 520-539, dez. 1987.

_____. *Sennacherib's Palace without Rival at Nineveh*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

_____. *Writing on the Wall: Studies in the Architectural Context of Late Assyrian Palace Inscriptions*. Indiana: Eisenbrauns, 1999.

SALLABERGER, Walter. The palace and the temple in Babylonia. In: LEICK, Gwendolyn. (Org.). *The Babylonian World*. New York, Routledge, 2007. p. 265-275.

SANTOS, Leandro Barbosa. Representações da guerra nos relevos assírios. *Phília*, Informativo de História Antiga, v. 15, n. 46, p. 6-7, 2013a.

_____. O poder legitimador das representações nos relevos assírios. *Aedos*, v. 15, n. 13, p. 256-271, ago./dez. 2013b.

SILVA, Ruan Kleberon Pereira. Arte no império: a função real e a ideologia da guerra em relevos parietais de palácios reais neoassírios (934-605 a.C.). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

STONE, Elizabeth C. The Development of Cities in Ancient Mesopotamia. In: SASSON, Jack M. *Civilizations of the Ancient Near East*. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 2000. p. 235-248.

TADMOR, Hayim. History and ideology in the Assyrian Royal Inscriptions. In: FALES, Frederick Mario. (Org.). *Assyrian Royal Inscriptions: new horizons in literary, ideological, and historical analysis*. Roma: Istituto per l'Oriente, 1981. p. 13-33.

TAKLA, Philippe Racy. *Desenvolvimento do esquema decorativo das salas do trono do período Neo-Assírio (934-609 a.C.): Imagem, texto e espaço como veículos da retórica real*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

THOMASON, Allison Karmel. From Sennacherib's Bronzes to Taharqa's Feet: Conceptions of the Material World at Nineveh. *Iraq*, v. 66, p. 151-162, 2004.

VEYNE, Paul. Fini dell'arte, propaganda e fasto monarchico. In: _____. *L'impero greco-romano. Le radici del mondo globale*. Tradução de S. Arena, L. C. Dapelli, S. Stucchi. Milano: Bur Rizzoli, 2010.

WATANABE, Chikako E. The "continuous style" in the narrative scheme of Assurbanipal's reliefs. *Iraq*, v. 66, p. 103-114, 2004.

WINTER, Irene J. "Seat of Kingship"/"A Wonder to Behold": The Palace as Construct in the Ancient Near East. *Ars Orientalis*, v. 23, p. 27-55, 1993.

_____. Royal Rhetoric and the Development of Historical Narrative in Neo-Assyrian Reliefs. In: _____. (Org.). *On Art in the Ancient Near East*. v. 1. Leiden: Brill, 2010a. p. 3-70.

_____. Art in Empire: the royal image and the visual dimensions of assyrian ideology. In: _____. (Org.). *On Art in the Ancient Near East*. v. 1. Leiden: Brill, 2010b. p. 71-108.

Recebido em: 12 de julho de 2018
Aceito em: 14 de novembro de 2018